FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE LETRAS

HELIO SILVA PESSOA

LÍNGUA PORTUGUESA E A SOCIOLINGUÍSTICA: o desenvolvimento natural da língua *versus* o preconceito linguístico

Chapadinha
2010

HELIO SILVA PESSOA

LÍNGUA PORTUGUESA E A SOCIOLINGUÍSTICA: o desenvolvimento natural da língua *versus* o preconceito linguístico

Monografia apresentada ao curso de Letras da Faculdade do Baixo Parnaíba, para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Profª. Esp.: Rosinalva Cardoso.

Chapadinha
2010

HELIO SILVA PESSOA

LÍNGUA PORTUGUESA E A SOCIOLINGUÍSTICA: o desenvolvimento natural da língua *versus* o preconceito linguístico

Monografia apresentada ao curso de Letras da Faculdade do Baixo Parnaíba, para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Letras.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profª. Esp. Francisca Rosinalva Cardoso Pereira Costa
Especialista em Psicolinguística
Faculdade do Baixo Parnaíba

1º examinador

2º examinador

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para conclusão deste trabalho monográfico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Pai supremo pelo Dom da vida.

Aos meus amigos de turma que torceram por mim durante toda esta jornada.

Aos meus colegas que sempre me incentivaram ao êxito de minha vida.

Aos meus pais, que mesmo longe, sempre tiveram capacidade de incentivar-me durante toda minha trajetória de vida em todos os aspectos.

Aos meus avós, que me ensinaram a conduta de ser homem: reto, probo, honesto, consciente, respeitoso e gentil com sua forma de tratar-me durante toda minha existência.

Aos meus professores, que fizeram parte de minha vida acadêmica, desde os anos iniciais à Faculdade.

À Professora Rosinalva Cardoso (minha orientadora), pela paciência e dedicação dispensada no momento em que eu mais necessitei.

À Professora Raimunda Nonata Fortes Braga (Nony), pela confiança e oportunidade, culminada pelas dificuldades advindas durante minha vida acadêmica.

O Zé Pereira chegou de caravela
E preguntou pro guarani da mata virgem
— Sois cristão?
— Não. Sou bravo, sou forte, sou filho da Morte
Teterê Tetê Quizá Quizá Quecê!
Lá longe a onça resmungava Uu! ua! uu!
O negro zonzo saído da fornalha
Tomou a palavra e respondeu
— Sim pela graça de Deus
Canhém Babá Canhém Babá Cum Cum!
E fizeram o Carnaval.

Oswald de Andrade (poema "Brasil")

RESUMO

Discussão sobre a Evolução Natural da Língua *versus* o Preconceito Linguístico. O trabalho aborda questões relacionadas ao processo da Evolução da Língua Portuguesa desde sua origem, perpassando por suas fases, suas mudanças e consequêntes variações e o preconceito em detrimento ao uso desta pelos falantes considerados estigmatizados, sendo estes de classe social considerada inferior ensejando a incidência de preconceito linguístico por conta de sua situação tanto educacional quanto econômico - cultural. O trabalho aborda a postura de teóricos - estudiosos em relação ao assunto, que dissertam acerca do mesmo de maneira clara e coerente. Apresenta, ainda, os resultados de uma pesquisa realizada no CEM Raimundo Araújo (Chapadinha - MA), que analisa o nível de consciência no tocante relacionado ao preconceito linguístico. A metodologia utilizada como instrumento de coleta de dados foi a aplicação de um questionário, contendo oito questões, sendo a maioria de perguntas abertas. A partir dos resultados, foram apresentadas algumas sugestões de como pelo menos, atenuar a incidência do preconceito linguístico no dia – a - dia da população desprovida de escolaridade, aliada ao caráter socioeconômico, fator este crucial na caracterização de tal fenômeno.

Palavras-chave: Evolução. Língua. Preconceito linguístico.

ABSTRACT

Discussion about the Portuguese Language and Sociolinguistics: the natural evolution of a language versus linguistic prejudice. The work approaches questions related to the process of the Portuguese Language Evolution since its origin, going through its phases, changes, and consequent variations as well as the prejudice generated because of the usage of that by the speakers. The work focalizes the positioning of theoreticians that dissert about the subject in a clear and coherent way. Moreover, it underscores the results of an investigação accomplished at CEM-Raimundo Araújo located in the city of Chapadinha-MA with students of the High-School. The search analyses the level of conscience of those interviewed related to the theme. The methodology employed as an instrument for collecting the data was the application of a questionary, containing eight questions, being in its majority open questions. As from the results, some results were presented about how at least attenuating the arising of the linguistic prejudice in the day-by-day of the population.

Keywords: Language, Linguistic prejudice

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 LÍNGUA PORTUGUESA: um breve olhar sobre sua história 13
3 A DIVERSIDADE E A DESIGUALDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL 16
3.1 Variação Histórica 19
3.2 Variação Geográfica 20
3.3 Variação Social 21
3.4 Variação Estilística 22
4 SOCIOLINGUÍSTICA E A VARIEDADE LINGUÍSTICA 24
4.1 A Variação Linguística e o Ensino de Língua Materna 25
5 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: implicações pedagógicas 28
6 A PESQUISA E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS 32
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 36
REFERÊNCIAS 40
APÊNDICE 42

1 INTRODUÇÃO

Analisar como se dá a evolução das palavras e todo o seu processo envolvendo seu uso e consequentemente suas implicações no emprego de certos vocábulos falados hoje no Brasil é uma questão intrigante, haja vista, que o presente estágio da língua portuguesa no Brasil confirma a ideia de distanciamento cada vez maior entre a norma culta e a coloquial.

As mutações da língua portuguesa são tão inevitáveis que acabam fugindo do controle dos mecanismos de padronização ortográfica.

Chierchia (2003, p. 243) referindo-se a isso, afirma que: “um falante pode usar as expressões de uma língua para os fins mais diversificados, até mesmo de modo diferente daquele que a gramática determina”.

Sendo uma questão que demanda indagações acerca do assunto, surgem dúvidas, como: Por que algumas palavras são consideradas pejorativas e, dependendo de quem as profere podem sofrer, inclusive, preconceito por acharem que são desacatos à norma culta? Por que há preconceito por parte dessas palavras se são oriundas do mesmo idioma e executado por integrantes da mesma convenção linguística? Quais os fatores responsáveis pela evolução semântica de tais palavras?

Segundo Saussure (1963, p. 83): “o signo é arbitrário não significa que o significado depende da livre escolha do falante, pois não está nas mãos do indivíduo a capacidade de mudar nada num signo lingüístico, já que ele é social”.

Isso é o que difere o signo linguístico da fala, o signo é social já a língua é individual, daí a existência de variações.

O resultado dessas variações pode ser visto em (BRASIL 1998, p.31):

> Muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e quando são, são objeto de avaliação negativa.

Os gramáticos são defensores de uma linha reta em termos de uso da língua. Almeida (1994 apud BAGNO: 1999, p. 81) afirma que a língua que se fala no Brasil:

> [...] é português estropiado, que no Brasil se fala língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do ‘deixô vê’, do ‘mandei

> ele', do 'já te disse que você', do 'não lhe conheço', do 'fiz ele estudar', do 'vi os meninos saírem.

Frente a estas e outras questões faz-se necessário uma análise desse processo evolutivo da língua portuguesa no Brasil, diante de tais mutações, levando-se em conta a formação socio - étnica - econômica do país, seu vasto território e a permanente dinâmica de evolução da língua, em conjunto com outros fatores relevantes que norteiam a língua portuguesa atualmente.

Diante do exposto Gnerre (1985 apud BAGNO: 1999, p. 17) afirma que: "muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que eles têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos".

Isso é fato; e a busca por respostas para solução desse problema sempre será vista como um combustível para a manutenção do conhecimento científico.

Destacar os processos de evolução da língua envolvendo seus estágios, usos, implicações e mudanças, sem dúvida merece relevância no contexto em que se encontra o atual mundo globalizado movido de avanços tecnológicos e de descobertas científicas a todo instante.

Referindo-se a isso, Aitchison (2001 apud BAGNO: 2003) afirma que:

> As causas dessas mudanças se apresentam numa dupla camada. Na camada superior estão os "gatilhos sociais" – a moda, a influência estrangeira, as necessidades sociais, etc. – que disparam ou aceleram causas mais profundas.

Assim sendo, é de fato evidente que tais fatores acabam por favorecer a mutação da língua e a consequênte promoção de significados, diferentes e novos, dos já existentes.

Aitchison (2001 apud BAGNO: 2003) diz ainda que: "no entanto, para que a mudança lingüística aconteça é preciso que existam dentro do próprio sistema linguístico aquelas tendências latentes mais profundas", isto é, é preciso que se leve em conta os fatores relativos à autonomia, fisiologia e psicologia de cada ser humano.

Chierchia (2003, p. 243) também se reporta ao assunto dizendo que:

> Um falante pode usar as expressões de uma língua para os fins mais diversificados, até mesmo de modo diferente daquele que a gramática

> determina. Nesses casos, o significado de uma expressão [...] efetivamente pretendido pelo falante não coincidem.

Desta forma, o presente trabalho não tem caráter finalizador acerca do tema proposto, tampouco se coloca como equalizador do mesmo, muito menos objetiva encerrar qualquer tipo de discussão acerca da temática, eliminando quaisquer tipos de questionamentos em relação à mesma.

O presente trabalho tem como foco principal, contribuir para o esclarecimento de situações que precisam ser olhadas e revistas com um olhar mais próximo da realidade do falante, com implicações que venham a favorecer o entendimento da causa de todas as implicações ocasionadas pelo uso de vocábulos considerados estigmatizados por aqueles que dizem dominar a norma culta.

Para tanto, contou com o embasamento teórico de Aitchison (2001), Almeida (1994), Aragão (2005), Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2004), Catarino (2009), Saussure (1963), Soares (1989), Sobroza (2009), Terra (1997), Zilles (2008), dentre outros.

O presente trabalho, para a obtenção de êxito, priorizou as pesquisas bibliográfica e de campo, sendo esta última efetivada sob a forma de entrevista com alunos do 3º (terceiro ano) do Ensino Médio do CEM Raimundo Araújo.

Realizou-se a pesquisa de campo porque se concorda com Marconi e Lakatos (2006, p. 43) quando elas dizem que: “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Tendo por objetivo a coleta de dados no local da ocorrência dos fenômenos almejados, Santos (2006, p.27) afirma que: “o campo é o lugar material onde acontecem os fatores/fenômenos/processos. A pesquisa de campo é aquela que recolhe dados *in natura*, como percebidas pelo pesquisador”.

E de acordo com Gonsalves (2005, p.67): “a pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto”. Processo pelo qual há uma aproximação do pesquisador ao objeto de observação para a confecção de suas futuras deduções/confirmações acerca do observado.

Desse modo, o texto foi dividido em seis capítulos, organizados da seguinte forma: o segundo capítulo faz uma abordagem sobre a história da Língua Portuguesa, mostrando como ela veio a tornar-se a língua falada atualmente no

Brasil. No terceiro capítulo, enfoca-se a diversidade e a desigualdade linguística no Brasil, enfatizando também os vários tipos de variações: histórica, geográfica, social e estilística. No quarto capítulo, faz-se algumas considerações sobre a Sociolinguística e as variedades linguísticas contextualizando esta última com o ensino de língua materna. No quinto capítulo, faz-se uma reflexão sobre o preconceito linguístico, por que ocorre e o que pode ser feito para que, pelo menos, seja amenizado. No sexto capítulo, analisa-se os resultados de uma pesquisa efetivada com alunos do 3º ano do Ensino Médio do CEM Raimundo Araújo.

2 LÍNGUA PORTUGUESA: um breve olhar sobre sua história

A língua que é designada hoje pelo nome de português é o desdobramento histórico dos falares românicos que se desenvolveram no noroeste da Península Ibérica numa área que abrange hoje o norte de Portugal e a Galiza e ao longo dos tempos tornou-se a língua portuguesa falada atualmente no Brasil.

Referindo-se isso, Goulart (1976, p. 12) afirma que “o latim, língua oficial do Império Romano, era imposto aos vencidos que, quase sempre, aceitavam com relativa facilidade a nova língua, mais evoluída que a do povo conquistado”.

Constata-se aí que alguns povos muitas vezes só adotavam uma língua como sua, pela mesma ser-lhes imposta e, esse por ser o povo dominado teria que aceitá-la. Assim sendo, é correto afirmar que, sendo a língua adotada por povos de hábitos fonéticos peculiares, é natural que seja acrescida a esta, palavras que eram utilizadas pelos dominados.

Goulart (1976, p. 13) prossegue afirmando que:

> Não será difícil reconstituir sucintamente a formação das línguas neolatinas: o latim vulgar, levado para determinada região conquistada, já encontrava aí uma ou várias línguas. Essa língua primeira é chamada *substrato. [...]* não se pode determinar o momento exato em que o latim se transformou em cada uma das línguas românicas. Entre a língua-mãe e as línguas neolatinas há um estágio intermediário, diferente em cada região, durante o qual a língua já não é latina, mas também ainda é uma língua neolatina.

Diante do exposto pode-se dizer que há diferenças no latim vulgar falado em cada um dos conquistados, e que essas diferenças foram suficientes para se obter uma nova língua derivada do latim levado pelos romanos.

Goulart (1976) nomeia esse dialeto formado pelo latim vulgar influenciado por

outros idiomas de *romanço* ou *romance*. Segundo ele, a transformação do latim nos diversos romanços, deu-se entre os anos de 200 a. C. e 600 d.C., não sendo possível precisar a data exata do aparecimento das línguas neolatinas. Ainda segundo Goulart (1976), os romanços são passíveis de três causas: causa histórica, política e etnológica. Daí o surgimento dos diversos romanços (línguas latinas).

A partir de meados do século 15, o português – na esteira da expansão marítima de Portugal – se tornou uma língua internacional, com falantes seus se estabelecendo em enclaves ao longo da costa do continente africano, alcançando a Índia em 1498, a América em 1500, a China por volta de 1515 e o Japão em 1543.

Chega-se nesse momento, ao ponto de maior impulsão de extensão do então idioma português separado do galego.

Essa época corresponde, também, à notável expansão da língua portuguesa, graças à intrepidez dos grandes navegadores lusos (Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral) que, junto às conquistas portuguesas, levaram sua língua às mais longínquas partes do mundo.

Espalhadas por vários lugares, a língua portuguesa se impôs em alguns lugares como no Brasil; e em outros, concorre com dialetos locais originando falares diferentes, como as do tipo *crioulo*, que nada mais são que um tipo de linguagem criada para a mútua compreensão no estabelecimento das relações comerciais.

O contato dos conquistadores portugueses aos povos alcançados na época fez surgir novas línguas não tão diferentes do romanço português (língua neolatina). A maioria destas línguas está desaparecida; outras sobrevivem, seja como línguas nacionais (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe), seja como expressão de pequenas comunidades em Goa e Malaca, com resquícios em Macau e Timor.

Não se pode deter uma língua de suas adaptações, à medida que há nos novos receptores e possíveis reprodutores de uma nova língua, suas peculiaridades.

Resultante do romanço, Nicola (1998, p. 345) afirma que: “tal falar era um falar geograficamente limitado à faixa ocidental da península, correspondendo aos atuais territórios da Galiza e do Norte de Portugal”.

Com uma das variantes do romanço e com a centralização política de Castela acaba por restringir o galego que sobrevive apenas na região noroeste da Espanha, na Galiza. Ao contrário do português.

À medida que Portugal estabelecia novos limites geográficos após a

expulsão dos mouros, absorvia os falares ou romances de tais áreas chegando ao ponto de evoluir sob o galego, chegando a tornar-se independente do mesmo com forte diferenciação. Cindindo-se a expressão galego-português em duas línguas a partir da evolução do português consagrando - se como língua oficial de uma nação – Condado Portucalense.

Muitos autores, a exemplo de Nicola (1998), costumam dividir e conceituar o português em três divisões sob três fases:

- ✓ Fase proto - histórico: tido como período da escrita do latim considerado bárbaro, modalidade do latim escrito por tabeliães. Fase esta compreendida entre o fim do século IX até o século XII.
- ✓ Fase do português arcaico: compreendida entre os séculos XII ao século XVI, sendo esta, divida em dois distintos períodos:

a) do século XII ao XIV, com textos em galego – português;

b) do século XIV ao XV, com a definição e separação entre o galego e o português.

- ✓ Fase do português moderno: compreendido como fase onde a língua portuguesa se uniformiza e adquire as características do português atual e tem Camões como colaborador dessa unificação e com outros trabalhos publicados durante esse período, dentre eles, as primeiras gramáticas e dicionários da língua portuguesa escrita.

Sobre os períodos, cabe ainda afirmar que desde a divisão do galego do português, este tem e vem sofrendo mudanças em seus vocábulos e significações constantes.

Envolto ao passado que cerca a língua portuguesa no mundo, Faraco (2008, p. 77) diz que a situação atual da língua portuguesa no mundo é:

> ✓ Ela é a língua hegemônica em apenas dois países: Portugal e Brasil;
> ✓ É a língua oficial de oito países: Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e de Macau, que foi incorporada à China como Região Administrativa Especial;
> ✓ É falada em comunidades de imigrantes em vários lugares do mundo, dentre outros nos Estados Unidos, no Canadá, na Venezuela, na África do Sul, na França, na Alemanha, no Japão, no Paraguai, na Austrália;
> ✓ É ainda falada em pequenas comunidades remanescentes do colonialismo português na rota da Ásia, como em Goa (Índia); ou em áreas de antiga ocupação portuguesa, como no norte do Uruguai.

Além disso, sabe-se que há aproximadamente 220 milhões de pessoas

que falam o português, como primeira ou segunda língua, no mundo. Isso torna o português a terceira língua europeia mais falada, perdendo apenas para o inglês e o espanhol. Com este contingente de falantes, está entre as dez línguas mais faladas do mundo.

3 A DIVERSIDADE E A DESIGUALDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL

Forjada a partir da mistura de substrato local e do latim vulgar, que era por si só uma variedade do latim clássico, o português que aqui chegou trazido pelos portugueses sofreu desde então modificações que perpassa por algumas etapas de formação estrutural da sociedade, cultura que ora se verifica em todo o território nacional e que historicamente foram expandidas pelas mais longínquas regiões geográficas consolidadas atualmente.

Afirmar que a diversidade da língua portuguesa se deve a fatores da miscigenação indígena, europeia e africana não seria algo novo.

Mas salutar é o desenrolar dos fatos que deram e perpetuam a diversidade linguística, sob uma forte e visível desigualdade da língua falada num país de contrastes dos mais variados seguimentos.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 15) afirma que: “os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua”. E isso é fato evidente e concreto. Historicamente tem-se um retrato linguístico no Brasil, bem nítido no que diz respeito à língua e ao seu uso. Prova de tal fato, observa-se na exposição ainda de Bortoni-Ricardo (2005, p. 15) onde discorre que:

> [...] mesmo considerando-se fértil a hipótese de existência de um português pidgimizado nos dois primeiros séculos de colonização, como resultado do contato entre línguas aborígenes brasileiras, línguas crioulas de base portuguesa importadas como braço escravo, e dialetos lusitanos há que se limitar sua influência às variedades rurais, que se conservaram isoladas durante muito tempo.

Logo, nos dois primeiros séculos, a colonização se deu de maneira a confirmar a presença da coroa portuguesa no Brasil. Para seu trabalho, na exploração cafeeira, os escravos eram trazidos, e em contato com outras línguas, uma espécie de língua - que não chegava nem a ser considerada como língua - pois servia no intuito único de comunicação entre aqueles indivíduos recém- chegados.

A maneira como se deu de início, percebe-se de forma contundente que

tal língua desde a formação social do Brasil por si só já era miscigenada.

Num país que desde esses tempos se mostrou diverso, perpassa por todo um traslado de evolução, tanto histórico, social, cultural e geográfica, haja vista, que o território onde se falava o português havia se expandido, aumentando suas distâncias, propiciando e favorecendo o aumento da capacidade de diversificação da língua falada já com muita diversidade.

Há uma diversidade muito grande do falar da língua portuguesa no Brasil. Em contrapartida, também há a desigualdade linguística.

Longe de ser uma língua uniforme, no que se refere à fala, a língua portuguesa apresenta suas mais variadas formas e maneiras de uso por parte de seus falantes levando-se em conta a estrutura sociocultural que se formou desde o período colonial até os tempos pós-modernos e globalizados vivido atualmente.

Acerca do assunto, Terra (1997, p. 39) se pronuncia expondo que:

> A distinção que se faz entre língua e fala nos permite observar um fato importante: a realização da língua através da fala, dado o caráter individual desta, determina usos particulares, ou seja, na medida em que cada falante, ao utilizar a língua o faz de maneira peculiar, podemos observar usos diversos de uma mesma língua em todos os seus níveis: fonológico, sintático, semântico, etc. Por outro lado, dado o seu caráter social, a língua, para funcionar como veículo de comunicação entre indivíduos, tem que ser comum (pelo menos parcialmente) aos que dela se utilizam.

Tentar impor uma linha de regra ou até mesmo uma norma invariável e inflexível diante de um conjunto de fatores históricos, geográficos, sociais e estilístico é sem dúvida algo inconcebível diante de tamanha diversidade linguística.

Faraco (2008, p. 05) acerca do exposto, também se pronuncia expondo que:

> A língua, no entanto, é sempre plural, diversificada e heterogênea. Por isso é que dizemos que ela é de fato, um conjunto de variedades. Não existe a língua de um lado e as variedades do outro – a língua é o próprio conjunto de variedades. As variedades se diferenciam pelo modo como os enunciados são pronunciados, como as frases são construídas, como os processos morfológicos (conjugação de verbos, por exemplo) se realizam e também pelas palavras que são mais comumente usadas e pelos sentidos agregados a cada uma delas.

Isso é verdade. Fala-se uma língua que serve como elo de comunicação entre os falantes, mas tal fato é acompanhado de percebidas variações.

Acerca de tais variedades, se acopla mais um determinante fator de

desigualdade: o preconceito linguístico. Este é sem dúvida o maior responsável pela desigualdade linguística no Brasil e é provocado principalmente pelo forjamento do prestígio linguístico.

Bagno (2003, p. 66) diante do exposto diz que:

> É bom ressaltar, desde logo, que o prestígio social das variedades lingüísticas das classes dominantes, não tem nada a ver com qualidades intrínsecas, com algum tipo de 'beleza', 'lógica' ou 'elegância' inerente e natural a essas maneiras de falar. Esse prestígio social é uma construção ideológica: por razões históricas, políticas, econômicas é que determinadas classes sociais – e não outras – assumiram o poder, ganharam prestígio, ou melhor, atribuíram prestígio a si mesmas. É aquilo que o sociólogo francês Pierre Bordieu chama de 'ato de magia social'. Num passe de mágica, as origens históricas desse prestígio são esquecidas (Bordieu chama isso de 'amnésia de gênese') é aquilo que vem do alto, das classes dominantes, é considerado indiscutivelmente bom, bonito, digno de ser imitado, e passa a ser considerado como um valor natural, incontestável, como se suas qualidades brotassem da própria natureza das coisas desde o início das eras [...]

A história levou esse fato às camadas que desde os primórdios não obtiveram *status* suficiente para a inversão do vivido contemporaneamente. Por consequência, desfruta de um inegável título de desprestigiado, dentre muitos sentidos, linguisticamente falando.

Como possível determinador para uma erradicação de tais valores impostos à camada submetida à padronização linguística ou até mesmo ao banimento de pensamentos dogmáticos acerca do uso da língua e sua execução por falantes alheios à norma tida como padrão, Bagno (2003, p. 72) explicita que:

> [...] precisamos urgentemente, produzir dois tipos bem específicos de gramáticas. Gramáticas descritivas, a maior quantidade possível delas, descrevendo as múltiplas variedades específicas do português brasileiro: urbano, rural, prestigiada, estigmatizada, do Norte, do Sul, do Nordeste, de cada Estado, de cada grande cidade, de todas as classes sociais, das diversas faixas etárias, etc., etc. Mas não podemos ficar só nisso. Precisamos também de gramáticas de referência que sirvam de material prático de consulta para as pessoas quando tiverem dúvidas na hora de escrever textos mais monitorados (pois é somente nessas situações que as pessoas consultam as gramáticas). Gramáticas que mostrem que, ao lado da opção padronizada tradicional, existem outras opções igualmente válidas, e que caberá ao falante fazer a sua própria escolha, e não depender que alguém lhe diga "isso pode", isso não pode!

A funcionalidade da língua deve ser levada em conta em primeiríssima posição, pois questões de estética podem ser tratadas em suas situações geradoras de uso que, com acertado uso por parte de seus falantes ao falar e/ou escrever

tenderá a fazer o uso condizente ao fim pretendido.

3.1 Variação Histórica

Da chegada de Cabral (1500) ao início do povoamento da colônia portuguesa (Brasil), muitas coisas aconteceram, muitas coisas mudaram e com a língua não poderia ser diferente.

O processo de colonização do Brasil dá-se em meio à conjugação da língua nativa do índio brasileiro com a portuguesa europeia.

Segundo Lucchesi (2008, p. 29):

> Quando se iniciou a colonização, na década de 1530, habitavam o território brasileiro pelo menos um milhão e meio de índios. Entretanto, o nascimento de filhos dos colonizadores portugueses com as indígenas em algumas regiões do país resultou na formação de uma sociedade mestiça, cujos membros eram chamados mamelucos.

Portanto, é salutar a observação de que não se fala o português de ontem, onde a história da evolução linguística da língua portuguesa encerra qualquer tipo de dúvida acerca das variedades obtidas através do tempo, a partir das misturas de raças, dialetos, usos a partir de seu contexto histórico, geográfico, social ou estilístico.

Com a evolução da língua, fica incontestável sua modificação e sua variação que somente o tempo a faz. Palavras surgem, desaparecem por um tempo, ressurgem e adquirem novos significados e sentidos contextuais e assim, a variação continua acontecendo a cada minuto dentro da massa falante, pois: “nenhuma língua é estática, *todas elas mudam ao longo do tempo*”. (ZILLES 2008, p. 40)

A mudança linguística acompanha de perto a evolução da própria sociedade e qualquer pessoa é capaz de perceber que a língua está sujeita a variações.

Monteiro (2000, p. 109) reforça esse entendimento quando diz que:

> Uma pessoa idosa não deixa de sentir que diversos fatos lingüísticos que existiam em sua juventude desapareceram ou se transformaram. Inversamente, um jovem pode constatar que certos traços presentes em seu modo de falar são evitados pelos mais velhos.

3.2 Variação Geográfica

Brasil, mais de 190 (cento e noventa milhões) de falantes; 05 (cinco) regiões, 26 (vinte e seis) Estados e 01 (um) Distrito Federal, 5º (quinto) maior país do Planeta Terra. É impossível que em um país tão grande não possua variações em se tratando de língua.

A variação geográfica diz respeito aos usuários da língua e à dimensão territorial da qual fazem parte.

Acerca dessa afirmativa, Zilles (2008, p. 41) diz que:

> [...] a distância entre comunidades locais e entre a colônia e a metrópole, quanto o isolamento na zona rural e entre os núcleos urbanos constituíram *forças centrífugas*, ou seja, forças que, por se afastarem do centro original, favoreceram a *diversificação lingüística* do português.

Identifica-se o papel decisivo para a aplicação de afirmativas no que tange às variantes geográficas, pois com a dificuldade de acesso à língua padrão e à facilidade de acesso às línguas secundárias do ponto de vista elitísta mais primário do ponto de vista funcional da língua para os que não tinham acesso àquela, tornar-se-ia de fato incontestável a noção de que a língua portuguesa se misturaria com a língua local e assim ocorrendo em todos os locais onde a mesma penetrou ou fora levada, gerou o que se chama de variedade geográfica.

Não é por acaso que se pergunta: macaxeira, mandioca ou aipim? Ou ainda: ata, fruta-do-conde, ou pinha? Abóbora ou jerimum? Enfim, situações como estas retratam a grande diversidade existente.

Este tipo de variação se verifica ainda em outras línguas, como exemplo, o inglês britânico, onde ocorre escrita diferenciada do inglês americano, além de no sul daquele país (Inglaterra), haver uma pronúncia diferenciada das demais regiões.

Ainda, acerca dessa temática, é importante ressaltar que a mesma pode ser associada à linguagem contextual, aliada à:

> [...] *multiplicidade de culturas*, forjada ao longo de nossa história. Contribuíram para isso os diferentes momentos de ocupação da terra e de formação dos centros urbanos, em função de diferentes atividades econômicas e objetivos políticos. (ZILLES, 2008, p. 42)

Necessário se faz enfatizar que os resultados dos contatos das

comunidades linguísticas com outras culturas favoreceram a solidificação da variante em cada local ocupado, visível em algumas, senão em todas as regiões do país que se utiliza de vocábulos e pronúncias resultados de tais. Exemplos desses fatos podem ser elencados com facilidade; casos famosos, como o pronome “tu”, no Maranhão, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, o “s” considerado chiante do carioca e do paraense, o peculiar “dhi” e o “thi” do nordestino (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe), o “r” retroflexo do londrinense quando pronuncia palavras como: porta, carne, perto.

O fato é: tal variedade é tão presente e viva que é inadmissível negá-la e que a mesma não partilha seu uso corrente somente em sua área de efetivação por parte dos falantes, chegando a locais outros do país.

3.3 Variação Social

Tem-se no Brasil o resultado da soma de indivíduos oriundos das etnias que formaram a base éticno-socio-cultural desse país.

Com uma política centrada de início na extração e exploração do pau-brasil, perpassando pela cana-de-açúcar, mineração e café, e com uma dimensão territorial continental acarretaria uma formação social onde as etnias seriam submissas à europeia portuguesa.

Linguisticamente, este fato é notado quando se observa que nos dias atuais em meio ao transcurso de mais de cinco séculos de existência, tem-se no país as mais diversas classes sociais e falares.

Cada indivíduo, ao nascer se vê rodeado do falar de sua comunidade que obedece:

> Ao nível socioeconômico e cultural dele. Quanto mais estudo tiver, mais bem trabalhadas serão suas frases. Quanto mais livros ler, mais cultura terá. Quanto mais exemplos tiverem de seus pais e professores, mais facilmente se comunicará com os demais. (CATARINO: 2008)

Características que identificam esse tipo de variação se dão em meio à dualidade de uso da língua, pois se considera como pressuposto que quem estuda mais, lê mais escreve e/ou fala melhor.

Mas tal variedade, de fato só vem a evidenciar a separação que há entre

a norma tida como padrão *versus* coloquial, pois é fruto da negação de uma variedade que nasceu e vive sob a dinâmica da língua, onde o poder de uso da mesma perpassa e ultrapassa qualquer tentativa de imposição de norma ou critério para definir qual a “correta” e a “errada”.

Tendo-se uma sociedade dividida entre ricos e pobres, não se deve negar poder penetrante de vocábulos utilizados pelas classes menos favorecidas em detrimento das mais favorecidas e prestigiadas.

Referindo-se a isso, Bortoni-Ricardo (2005, p. 30) afirma que:

> A língua é por excelência, uma instituição social e, portanto ao se proceder seu estudo, é indispensável que se levem em conta variáveis extralingüísticas - socioeconômicas e históricas – que lhe condicionam a evolução e explicam em parte, sua dialetação regional (horizontal) e social (vertical).

À medida que se faz uso da língua, esta serve de base para a promoção da dialetação interna em cada grupo social, que de posse da língua oficial predominante, aplica a sua lógica, seja fonética, semântica, sintática ou morfológica.

Cabe ainda destacar, que o cunho de variação é ordenado pelo falante do grupo, devendo obter o grau de consenso social. Pois a língua vira e mexe ganha dinamicidade, acarretando sem dúvida o cunho histórico, geográfico, estilístico e culminando no âmbito social onde esta é utilizada.

3.4 Variação Estilística

Esta variedade compreende o contexto social e à situação em que os interlocutores estão envolvidos.

Como se deve usar a ordenação das palavras tem gente de sobra para dizer como fazê-la.

Fruto de uma cultura de elite gramática, tal afirmação soaria como uma zomba ou desdém do pensamento de tal acerca da postura que o falante deveria tomar diante da fala quer seja formal, em um ambiente considerado de prestígio social, quer seja em um ambiente familiar, descontraído, desprovido de qualquer gramaticabilidade para uso da língua através da fala.

Diante disso, as formas de como algumas pessoas usam e abusam das palavras que têm relação de prestígio sofre interferência de forte crítica, por parte de

quem entende que não se deve ou deveriam usar a língua de tal forma.

A forma de estilos sempre esteve presente na língua portuguesa. Bastou que o latim clássico que era escrito, fosse surpreendido com a escrita dos primeiros documentos em latim vulgar que ora já trazia em seu bojo a mistura do clássico para que se iniciasse a ocorrência de variação através da escrita também.

A abertura de formas fonéticas, o uso de uma palavra no lugar de outra com sentido similar, forja o sentido característico de tal variedade dentro da língua portuguesa no Brasil, desde então.

Os mais antigos, ou melhor, os que conheceram os vocábulos de sua época ficam surpresos ao serem interpelados com palavras que fogem ao seu tempo.

Com a dinâmica cada vez mais rápida da língua, provocada por processos sociais, culturais, históricos, tecnológicos e científicos estabelecem nortes cada vez mais correntes de estilos.

A poesia como carro-chefe dessa variedade merece destaque, que com o passar do tempo se viu acompanhada pela dinâmica da língua e a utilização dessa a favor da diversificação estilística, onde os mais variados tipos de usos se veem presentes na fala do falante.

Catarino (2008) diz que:

> Principalmente o jovem tem o hábito de usar essa variação. É bastante comum ouvirmos um “véio” com o “e” aberto, numa conversa entre adolescentes ou um “mano” na alta sociedade. É comum também essa linguagem caseira, em que pai, mãe e filhos não estão preocupados com a norma padrão, ou na linguagem descontraída de uma roda de amigos.

Situações como esta, só ratificam uma das variedades que mais justificam o preconceito linguístico por se tratar acima de tudo, do conjunto de fatores históricos, sociais, econômicos, em conjunto com o estigma provocado por gramáticos que negam e de alguma forma influenciam e promovem a renúncia de tal estilo, alegando perdas à língua.

Ora, mas nada se pode fazer para evitá-la. Como já foi dito, grande parte do povo brasileiro, se vê analfabeto, semi-analfabeto, pobre, violentado (político socialmente) alinhado à falta de políticas de mudança no setor educacional, no que tange o alcance das classes desprestigiadas à norma padrão.

O povo fala e usa a língua que nasce com ele, pratica e socializa com

outras comunidades, isso é inegável.

Tal variedade se vê presente em meio a todas as classes, idades, condições financeiras; sendo penetrantes e usufruídas com corrente uso em meio às mais variadas faixas etárias, gêneros, localidades e principalmente dentro da escola (cada professor e aluno têm seu vocabulário forjado ao seu meio e lapidado em consequência da obrigação e necessidade de aplicação social provocado por aquela, respectivamente).

4 SOCIOLINGUÍSTICA E A VARIEDADE LINGUÍSTICA

A Sociolinguística é a ciência que por sua vez tem seu foco voltado ao estudo das “diversidades nos repertórios lingüísticos das diferentes comunidades, conferindo às funções sociais que a linguagem desempenha a mesma relevância que até então retribuía tão somente aos aspectos formais da língua”. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 20)

As diferenças estruturais sociais ocasionam o que de fato dentre outros aspectos impactam na estrutura linguística social de uma massa falante.

De posse de seu objeto de estudo, a Sociolinguística desvenda os processos envolvidos em meio às variantes linguísticas que ocorrem dentro de uma comunidade.

Como hoje o assunto é retratado, que anteriormente não o era, e nem importância era dada a aspectos voltados à imensa variedade linguística existente em torno de uma língua, ao que tem sido levado em conta, e que, as comunidades que ora se viam e se veem diante de uma possível discriminação, tem a partir de então os desenrolares de suas variantes sendo estudadas e postas ao conhecimento das comunidades tornando-as acessíveis, pois: “o estudo da situação lingüística dessas comunidades não pode ser negligenciado”. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 20)

Assim, os processos envolvidos e a repercussão de tais variações hoje estão em plenas condições de acesso e discussão, algo inimaginável há pouco tempo.

O grande papel da Sociolinguística evidencia-se através de trabalhos intensos de disseminação do conhecimento adquirido pelos falantes que detêm apenas a forma padrão como forma de conhecimento acerca da língua.

Trabalhos de grandes personagens, como: Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno e tantos outros, repassam a verdadeira realidade linguística brasileira. Pois: “no Brasil, tem-se um grande contingente da população, cuja economia lingüística é predominante oral e que, portanto, não tem acesso à força padronizadora da língua escrita!” (Bortoni-Ricardo 2005, p. 24).

Isso significa que o extensivo analfabetismo e a precariedade da instrução escolar, que afetam essa população, impedem tanto o acesso à língua – padrão real, usada pelas classes favorecidas, quanto à língua – padrão ideal, ou seja, o conjunto de critérios referenciais que determinam os padrões de correção e aceitabilidade da língua.

Em face à gama de fatores que de uma forma bem clara, justificam as variedades existentes, neste caso, por estudos feitos pela Sociolinguística, tem-se conhecimento das mais variadas formas de trabalhos, exemplos de tais variantes que vão desde a histórica à estilística, e da diatópica à diafásica. Trabalhos esses que radiografam a cadeia linguística existente no Brasil, e que acompanha o desenvolvimento ocorrido contemporaneamente feito pela dinâmica da língua.

Um dos grandes exemplos discutidos em torno da diversidade linguística atual destaca-se a dicotomia entre o português citadino e o rural; onde na sua essência encontram-se a desigualdade econômica e social, fatores preponderantes que aniquilam qualquer tipo de hegemonia vocabular, fonética, morfológica e/ou sintática.

Mas há de se observar que com toda a possibilidade de se ter uma variedade reprimida em detrimento de outra, “a escolha de determinado grau de formalidade na fala depende basicamente do papel social que o falante desempenha a cada ato de interação verbal” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 24)

Dessa forma, mais do que evidente se torna a limitação do uso da fala em meio à instrução educacional que dispõe o falante de menos acesso à norma padrão. Isso se dá por conta das variantes linguísticas que por sua vez não deixarão de fazer parte da sociedade linguística brasileira.

4.1 A Variação Linguística e o Ensino de Língua Materna

Bortoni-Ricardo (2005, p. 13) comenta que: “quando o professor Paulo Freire foi empossado Secretário de Educação do município de São Paulo-SP, fez

uma declaração que causou estranheza: “as professoras não devem criticar ou reprimir um aluno que fale coisas como ‘nós cheguemu’.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) diz que: “a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado. O ensino sistemático da língua é de fato uma atividade impositiva”.

Diz ainda que:

> No caso brasileiro, o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna – do lar, da vizinhança – variedades populares da língua tem pelo menos duas conseqüências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribuiria para desenvolver nele um sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua-padrão. (BORTONI-RICARDO 2005, p. 15)

Essa é uma realidade presente na vida de alunos da imensa nação brasileira, onde estes na sua grande maioria adentram na escola na busca de um sonho, “subir na vida”. Acreditam que com estudo tudo se conquista, acreditam que quem sabe falar e escrever bem a língua portuguesa padrão se dará bem em qualquer situação.

Para um estudante advindo e oriundo de uma realidade distante da vivida do educando citadino, que deveria ter acesso à escolarização eficiente, poder estar em conformidade com a estrutura linguística de prestígio é algo valoroso para o mesmo.

Concorda-se com (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15) quando ela diz que: “a escola não pode ignorar as diferenças sociolingüísticas”.

Tal fato deve ser levado em consideração, tomando por base, a base linguística trazida pelo educando, que a partir de então, terá na escola mais uma fonte de recursos da língua, situação que ensejará em uma inevitável possibilidade de o mesmo dispor de condições de executar ações verbais de mais de uma maneira de similar entendimento do ponto de vista inteligível da comunicação com os demais educando, inclusive aquelas professoras que ora terão a posição de efetuar a conciliação do entendimento de que aquele dispõe antes da escola, seu próprio vocabulário e comunicação própria indissociável de sua cultura e realidade linguística, devendo a mesma ser respeitada. Além de tal fato se dá em virtude de o mesmo se utilizar de expressões gramático-sintáticas aproximadas ao do educando citadino que dispõe de um vocabulário similar, porém aceito e prestigiado, mas que

se refere à mesma situação linguística falada pelo educando rural.

Isso deve ser levado em consideração sobre todas as hipóteses de ensino da língua materna, pois nunca houve uma abertura tão ampla para a discussão e inserção acerca do assunto no meio educacional do país como hoje.

Diante do exposto, reforça Bortoni-Ricardo (2005, p.15):

> Os alunos que chegam à escola falando “nós cheguemu”, “abrido” e “ele drome”, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades lingüístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões.

Nada mais peculiar de um fato merecedor de olhares mais frequêntes, pois se trata de um ato que sem dúvida diminuirá a distância vergonhosa de uma variedade que por questões divergentes ao pensamento dominante predomina de forma corrente no seio da população.

Como aqui já exposto, o contrário deveria estar ocorrendo e perdurando.

O aprendizado significativo deve ser levado à risca pela comunidade docente encarregada da aplicação do ensino da língua. O desvinculamento da exposição do aluno ao conhecimento dicotômico de sua realidade desponta de grande relevância para a melhoria do ensino em todos os níveis.

Sobre isso, Aragão (in: RAMOS, 2005, p.23) esclarece que:

> O chamado fracasso do ensino do português nas escolas do ensino Fundamental e Médio, em nosso país, vem sendo estudado e discutido há muito tempo, sem, contudo, se chegar a um denominador comum das causas dessas dificuldades encontradas pelos alunos em falar e escrever sua própria língua materna.

Talvez com a vinculação do ensino da língua adequado à realidade do aluno, com a retirada da ideologia da deficiência e com o crédito às diferenças culturais, possa se ter uma melhoria no ensino.

Romper com o aspecto associado à forma de falar dos alunos por parte dos professores acarretaria ainda mais a diminuição da distância linguística associado às variações socioeconômicas dos educandos existentes em sala de aula.

Isso não deve ser entendido como uma alusão a balburdia linguística, muito pelo contrário, o que se busca e deve ser buscado, é de fato a reflexão sobre as variedades linguísticas desprovidas de preconceitos com o objetivo maior de proporcionar uma possibilidade de aprendizagem sem visar diferenças, haja vista,

tratar-se do ensino de uma mesma língua e não de várias.

5 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: implicações pedagógicas

"Certo" ou "errado"? Atualmente, a pergunta tornou-se frequênte em meio às discussões acerca do uso da língua portuguesa no Brasil. De um lado, os gramáticos, do outro, os linguístas.

Nogueira (2009) em seu artigo intitulado: "língua portuguesa: a língua solta" traz à tona a discussão acerca do exposto, de maneira realista. Nesse artigo, o mesmo expõe questionamentos e exemplos do desprendimento gramatical culto feito por falantes usuais do falar despojado em meio a conversas amistosas em ambientes desprovidos do uso à risca de regras ortográficas e sintáticas. Cita a omissão, a supressão de fonemas, de maneira a caracterizar o falar particular de alguns locais do Brasil.

O resultado dessa falta de policiamento é a incidência do preconceito linguístico tão corrente e comum. Pois:

> Muito preconceito do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e quando são, são objeto de avaliação negativa. (BRASIL, 1998, p. 31)

Observa-se a ênfase que os Parâmetros Curriculares Nacionais dão a tal assunto, que ora vem sendo visto como ponto relevante para a validação e reconhecimento da norma considerada não-padrão como uma realidade existente e consolidada fora do alcance preconceituoso das gramáticas. Pois para aqueles, o absurdo é a palavra mais cabível para conceituar o entendimento e aceitação de uma norma fora dos moldes gramaticais pré-estabelecidos há um bom tempo.

Negativado por parte dos mesmos pode-se ter em mente de imediato a propagação de forma perniciosa e dogmática da adequação do falante à gramática normativa.

Pois: "como a educação ainda é privilégio de pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta" (BAGNO, 1999, p. 16).

Este fato evidencia o distanciamento entre a norma imposta aos falantes

de uma língua que dependendo de quem a fala, reúne diversas facetas de seu uso, diferenciando-a de uma norma que com o passar dos tempos não resume, tampouco alcança e acompanha tamanha evolução da língua falada.

Isso implica dizer que: “todo falante dispõe de suficiente competência lingüística em sua língua materna para produzir sentenças bem formadas e comunicar-se com eficiência”. (BORTONI-RICARDO, 2004, P. 16)

Sabe-se que a todo falante é admitido que hereditariamente nasça internalizada ao mesmo pelo menos uma gramática. Tal fato justifica a competência de que com certo tempo o mesmo desenvolva uma linguagem que irá depender da comunidade na qual ele convive.

Acerca disso, Bortoni-Ricardo (2004, p. 76) expõe ainda que: “toda produção lingüística é dependente do contexto em que se encontra o falante e, no caso de interação face-a-face, também dos interlocutores, mas o grau de dependência do contexto varia muito”.

Desse modo, é preciso entender que o falante se vê rodeado de fatos linguísticos e desde muito cedo cresce acompanhando o desenvolvimento linguístico que o cerca e fará uso corrente de tais evoluções e usos.

Sob essa perspectiva, Almeida (1994 apud BAGNO: 1999, p. 81) afirma que esse falar: “é português estropiado que no Brasil se fala, língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do ‘deixô vê’, do ‘mande ele’, ‘já te disse que você’, do ‘não lhe conheço’, do ‘fiz ele estudar’ do ‘vi os meninos saírem’.

Afirmações como estas, promovem uma linha de ataque à língua que mais se fala no Brasil. Pois se têm dados que afirmam que uma grande parte dos brasileiros não tem acesso sequer à alfabetização.

Culminando assim, no que afirma Gnerre (1985 apud BAGNO: 1999, p. 17): que: “muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos”.

Tal perda se dá de imediato pelo não cumprimento do instituído em lei. Acrescida pela falta de educação digna, acesso aos níveis de ensino, má distribuição de renda.

Gnerre (1985 apud BAGNO: 1999, p. 16) referindo-se à constituição federal diz que: [...] “todos os indivíduos são iguais, mas essa mesma lei é regida

numa língua que só uma parcela pequena de brasileiros consegue entender".

Diante do exposto, entende-se que até a Constituição Federal (1988) é negada à maioria dos brasileiros através de sua linguagem, e o papel da Escola é decisivo nesse caso.

Santos (2004, p. 124) em seu artigo intitulado: 'Letramento, Variação Lingüística e Ensino de Português', comenta que: "a escola no Brasil não surgiu inicialmente para as classes populares; Quem a frequentava, em geral, era a classe dominante. Evidentemente, que o próprio professor".

Acerca do exposto, cabe ressaltar que muito embora os tempos tenham mudado, as técnicas de ensino da língua portuguesa perseguem o antigo objetivo, o de repassar a norma gramatical sem levar em conta os preceitos sociais existentes em cada aluno falante de língua portuguesa.

Outros fatores podem ser elencados para uma complementar exposição dos devaneios do ensino de língua materna em consonância com fatos correntes no dia a dia do falante. Como exemplo, a forma utilizada para a constituição de livros didáticos e sua linguagem; uma vez que, se utiliza de maneira integral da norma gramatical, taxando qualquer tipo de desvio como "errada".

"Tudo isso faz com que a língua padrão seja quase uma língua estrangeira para um falante da norma popular, criando sérios obstáculos para a alfabetização e ensino de língua portuguesa nas escolas públicas da periferia das grandes cidades e da zona rural". (LUCCHESI, 2008, p. 33)

Lucchesi (2008, p. 34) diz ainda que:

> Nas últimas décadas, a consciência social tem avançado muito em relação ao respeito às diferenças, não se admitindo mais que uma pessoa seja discriminada pela cor da sua pele ou pela opção sexual, mas na língua ainda permanece um espaço de intolerância, sendo normal uma pessoa ser ridicularizada por sua forma de falar.

Tal situação evidencia pontos que justificam tal preconceito por parte das demais pessoas, o que não deve causar espanto, pois o mesmo não tem domínio suficiente para estigmatizar as demais.

Por conta disso: "tão importante quanto ensinar as formas da norma culta é desenvolver no aluno a consciência e o respeito à diversidade lingüística. A fala do povo deve ser respeitada como se respeita a cultura popular". (LUCCHESI, 2008, p. 34).

Esse raciocínio deveria ser seguido pelos novos professores, pois esses, em grande parte fazem o contrário, ensinam normas gramaticais sem levar em consideração as variedades que o aluno traz para a sala de aula.

Sobre o assunto Bagno (1999, p. 75) afirma que: “é necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmarcar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito”.

Fato interessante ocorre na Noruega onde se utiliza uma fala específica para cada situação, ou seja, lá os noruegueses dispõem de variantes regionais que sem nenhum constrangimento é utilizada para uso diante de pessoas contemporâneas à fala local, e de outra, a que se pode chamar de norma mais formal que se utiliza, por parte de todos, para com as pessoas estranhas ao país, ou seja, os turístas.

Algo possível, pois um país de tamanho porte terrestre, pobreza e outros fatores alinhados a pessoas que persistem em querer extinguir uma variedade em detrimento de outra, tornam o caminho um tanto quanto difícil, o de reverter o quadro da mitologia impregnada socialmente no tocante ao preconceito linguístico.

6 A PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados dos questionários (Apêndice 1) aplicados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CEM Raimundo Araújo, escola pertencente à Rede Estadual de Ensino no município de Chapadinha. Optou-se por fazer a pesquisa naquela escola, pelo fato de a mesma possuir uma demanda estudantil étnica, social e cultural formada das mais diversas camadas socioeconômicas.

Dos questionários aplicados, apenas 08 (oito) foram selecionados para análise, considerando a similitude das respostas apresentadas.

A primeira questão fez referência ao conhecimento por parte dos falantes pesquisados, se de alguma forma os mesmos já haviam ouvido falar em preconceito linguístico. Percebeu-se que a maioria, desconhece tal assunto. Confirmando o já exposto por Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) que: “a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado. O ensino sistemático da língua é de fato uma atividade impositiva”.

A segunda questão fez referência à postura tida por outras pessoas relativo à fala dos pesquisados, à medida que os mesmos se expressavam, no intuito de identificar a ocorrência ou não de discriminação, enquanto fato linguístico, evidenciando-se uma significativa consciência por parte de tais falantes. Observando-se de maneira clara o notório conhecimento desta possível e efetiva situação de incidência de preconceito quanto à forma de expressão do entrevistado. Complementada desde o simples sim a respostas complementares, evidenciando-se a perfeita consciência dos falantes citando exemplos como: deboches, correções de pronúncias, são identificados em suas respostas.

Ensejando o colocado por Almeida (1994 apud BAGNO, 1999, p. 81) ao afirmar que o que se fala: “é português estropiado, [...] língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do ‘deixô vê’, do ‘mande ele’, ‘já te disse que você’, do ‘não lhe conheço’, do ‘fiz ele estudar’ do ‘vi os meninos saírem’.

A terceira questão perguntava aos entrevistados se eles se consideravam bons falantes da Língua Portuguesa. As respostas obtidas denotaram uma consciência satisfatória no que tange à pergunta, pois a maioria dos entrevistados se considera bons falantes de sua língua e acrescentam dizendo que: não dominam todas as regras gramaticais, mas se o importante na língua portuguesa é transmitir

uma mensagem de forma que o receptor entenda, eles se consideram bons falantes.

Tecendo comentários a respeito, Bagno (1999, p. 52-53), expõe que:

> É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada 'artificial' e reprovando como 'errada' as pronúncias que são resultados naturais das forças internas que governam o idioma.

Concernente ainda sobre o referido assunto, Neves (2003, p. 24-25) expõe que:

> [...] quando vai para a escola, a criança domina o padrão coloquial de seu grupo, que é mais, ou menos, próximo do padrão culto, dependendo do grupo sócio-econômico-cultural do qual ela provém. Daí que, sem uma educação formal que a ponha em contato com a "língua-padrão", quanto mais desfavorecido o ambiente de letramento da qual ela provenha, mais desfavorecida no desempenho ela continuará, porque é a escola, no geral, o único espaço em que a criança terá suporte para entrar equilibradamente na posse de conhecimentos que lhe possibilitarão adequação sociocultural de enunciados, em que ela terá suporte para transitar na competência natural do coloquial (mais distante, ou menos distante, do padrão) para uma posse ampla e segura que lhe permita adequar seus enunciados, nas diversas situações de interação.

A quarta questão focou a escola como combatente ou proliferadora do preconceito linguístico.

Os pesquisados, em sua maioria, acreditam que a escola deveria combater o preconceito, mas cai em contradição (a escola) quando ao priorizar a norma culta acaba, muitas vezes, desvalorizando a linguagem popular trazida por seus alunos, estes, por vezes acabam até se sentindo excluídos.

Tem-se que concordar com Bagno (1999, p. 16) quando ele diz que: [...] "a educação ainda é privilégio de muita pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta".

Esse é um fato a ser considerado, pois nem todos têm acesso à educação formal, nem todos terão acesso à norma culta e estes, acabam sofrendo discriminação devido ao modo de falar.

Ao serem questionados sobre a seguinte afirmação (quinta questão): "o preconceito linguístico é a não aceitação à diversidade da língua?": todos responderam que sim e que acham um absurdo serem excluídos por falarem "diferente" de outros ou por não dominarem a norma culta.

Referente a isso, Bagno (1999, p.75) expõe que: [...] "os preconceitos,

como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo".

Bagno (2003, p.186) diz ainda que é:

> Necessário empreender um ensino crítico da norma padrão, escancarar sua origem "elitista e coercitiva", e mostrar que a necessidade de dominá-la se prende à necessidade de que os alunos oriundos das camadas sociais desfavorecidas (ou seja, a imensa maioria da população brasileira) possam dispor dos mesmos instrumentos de luta dos alunos provindos das camadas privilegiadas.

A sexta questão perguntava se os entrevistados concordavam que pessoas de baixa renda e menos instruídas sofrem mais discriminação (devido ao seu modo de falar) do que as demais. Todos foram unânimes ao responder que sim, a situação socioeconômica é sim, fator gerador de preconceito. Em nossa sociedade vale mais quem tem mais, quem sabe mais.

Pensamento já exposto por Bagno (1999, p. 16) que afirma que: "como a educação ainda é privilégio de muita pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta".

A sétima questão referia-se ao preconceito gerado acerca de alguns vocábulos considerados pejorativos, perguntava-se, se eles achavam que esse preconceito era mais acentuado com pessoas de baixa renda e menos escolarizadas.

Os entrevistados foram bem enfáticos ao afirmar que isso é fato, que se a pessoa que fala um palavrão for alguém que tem nível financeiro elevado aquele palavrão de certa forma não será visto como um absurdo e sim como algo normal.

Os mesmos vão mais além, quando afirmam que: esse fato ocorre com pessoas de classe alta esse tal situação é tida apenas como um desvio de comportamento linguístico.

Acerca disso expõe Bagno (1999, p. 75) que: "é necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmarcar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito".

Ainda sobre o exposto Sobroza (2009, p. 03 apud BAGNO: 2003) reafirma dizendo que:

> [...] quem mais sofre com isso são aqueles que provêm das classes menos

> favorecidas economicamente, são eles que sentem na pele a ridicularização, sentem-se estranhos em sua própria língua, cheio de dúvidas e incertezas, distantes na norma considerada correta.

As perguntas anteriores tinham o objetivo de reconhecer aspectos intrínsecos à consciência do falante em relação à língua e o preconceito gerado acerca da temática em questão, já a oitava questão voltou-se para algo mais concreto. Questionava os entrevistados sobre o que poderia ser feito para que se erradicasse ou pelo menos diminuísse o preconceito linguístico. Disseram que a escola é um ponto forte para se reverter tal situação; que palestras com a comunidade em geral que abordam o assunto deveria ser priorizado na escola para que outras pessoas tivessem conhecimento do assunto. Além de palestras que abordem o assunto, também foi sugerido um trabalho de conscientização; esse é sem dúvida um problema também de conscientização. Pois excluir o outro por não dominar a norma culta é no mínimo absurdo.

Inclusive, Bortoni-Ricardo (2004, p. 75) referindo-se a isso diz que: “as chamadas normas de correção gramatical nada mais são que normas convencionais que presidem a certos tipos de interação por meio da língua escrita ou da língua oral monitorada”. Pondo em xeque a pureza de falas e linguagens daquele que agora se vê rodeado de regras, de ‘isso pode’ e ‘isso não pode’.

Bagno (2003, p. 16) concorda que o prestígio social é uma questão de ideologia, e que:

> É bom ressaltar, desde logo, que o prestígio social das variedades lingüísticas das classes dominantes, não tem nada a ver com qualidades intrínsecas, com algum tipo de ‘beleza’, ‘lógica’ ou ‘elegância’ inerente e natural a essas maneiras de falar. Esse prestígio social é uma construção ideológica: por razões históricas, políticas, econômicas é que determinadas classes sociais – e não outras – assumiram o poder, ganharam prestígio, ou melhor, atribuíram prestígio a si mesmas.

Essa citação de Bagno reforça a ideia de que a língua é um fator ideológico e que a língua mestiça é vítima de preconceito, num entanto, precisa-se encontrar meios de acabar essas falsas ideologias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado sobre a Evolução da Língua *versus* o Preconceito Linguístico, chegou-se a conclusão de que: a evolução da língua é constante e o preconceito ainda permeia a comunidade falante do idioma português no Brasil.

A evolução da língua com o passar dos tempos, revela uma metamorfose constante, implicando em um rearranjo morfossintático dos mais variados tipos e estilos.

Fruto de uma mistura muito antes mesmo de chegar ao Brasil, a língua portuguesa por si só é a língua que mais se desdobrou de sua origem.

O processo dessa evolução se dá por séculos desde sua origem até a contemporaneidade, perpassando pelas mutações sociais, econômicas, geográficas, estilísticas e culturais.

A formação socioeconômica brasileira desde seus primórdios coloniais fora forjada à base de submissão das classes escravizadas em detrimento à europeia, dominadora.

A tradição da Escola Jesuítica no processo de catequização afinada à expansão católica e aliada à dominação cultural age desde então, como fator crucial para o quadro educacional nacional vivido até os dias atuais, sem mudanças notáveis de melhoria no processo de educação básica.

Longe de ser uma língua hegemônica em se tratando de seu uso pelas diversas camadas sociais de falantes, estas se utilizam de uma língua que muitos só falam por intermédio dos falantes da comunidade em que tais indivíduos partilham a experiência oral linguística.

A diversidade e a desigualdade linguística são reflexos desde mesmo da formação do romanço que variou e originou o português.

Tanta diversidade acabou por gerar uma séria dicotomia, tão presente em meio aos falantes quanto se imagina, embora não tão perceptível; somente sentida quando a língua é utilizada para sua função maior: a comunicação social.

Ao passar das gerações de falantes, as variações do ponto de vista histórica, tornaram-se inevitável, fato este identificado desde a chegada de Cabral (1500) com o subsequênte povoamento da colônia (Brasil) e a advinda da Companhia Jesuíta.

Com um país populoso e continental, evidencia-se a variação geográfica de forma tão evidente que se sente por vezes que os sulistas se manifestam tanto vocabular quanto foneticamente diferente em relação ao nordestino ou ao nortista.

Desde muito tempo as distâncias geográficas advindas com a abertura de novos territórios, e o evidente distanciamento dos falares entre as mais diversas regiões, refletem o que se tem de variedade linguística nesse país.

No tocante à formação social brasileira e a exposição das etnias basilares da continuação da mestiçagem linguística nacional, se nota que a variação tida desde então, é que é de fato a base sociolinguística nacional.

Com isso, a condensação do exposto acima gera a oportunidade do uso de enes formas de uso de tal base chegando a ocasionar desentendimentos linguísticos que só se resolvem com a continuação do vocabulário existente e comum aos demais falantes.

A Sociolinguística, fruto de esforços de indivíduos que tem em mente a ideia de implantar uma relação de paridade no que se refere ao uso da língua pelas diversas camadas sociais usufrutárias da base linguística nacional, aos poucos vem tentando implantar tal ideia a partir da geração de discussão acerca das evoluções que a língua sofreu, sofre e está sofrendo, tendo em vista sua dinamicidade e por ser a mesma, social.

De sorte, que aos poucos vem rompendo com paradigmas envolvendo o ensino da língua materna e suas implicações pedagógicas, pois a ideia que até pouco tempo se tinha em relação ao uso da língua era: a do “certo” e do “errado”.

Contornado com estudos, divulgação destes, desmistificação sociolinguística-cultural, implantando uma visão menos preconceituosa relativo ao uso da língua, uso este, feito por falantes de classes menos favorecidas em “socio-tudo” em detrimento às classes que por algum motivo chegaram aos dias atuais com as condições de dispor de acesso à escola e realizações pessoais e profissionais.

A velha forma de ação de ensino-aprendizagem no que se refere ao ensino da língua, preconceituosa por si só, tendo como parâmetro apenas um viés de educação, o ensino da norma culta. Levando e tomando por base a desigualdade de poder de absorção do educando, passando a ter a partir de então uma visão focada na melhoria da formação dos educadores, com o início da aplicação de um ensino voltado para a significação e valores trazidos para a sala de aula por aquele educando oriundo de classes desfavorecidas.

Avanço esse, verificado com frequência, mas com certa timidez, por ser uma ideia nova e bombardeado por opiniões de indivíduos retilíneos no tocante à língua; de pensamento demagogo e retrógrado à evolução da língua, ensejando talvez o pior dos preconceitos: o linguístico.

“Certo” ou “errado”? Dúvida maior do que esta não paira na cabeça de um falante de língua portuguesa no Brasil. Tal processo acaba por dogmar situações que justificam tal indagação.

Embora todo falante disponha de ampla competência linguística para, tanto se expressar, quanto para se comunicar independente do contexto, a confecção, exposição de materiais produzidos por indivíduos que se consideram, e são ajudados a se considerar normatizadores da língua, ainda existe, com todos os esforços feitos.

A abertura de ações de promoção de mudanças quanto a pensamentos retrógrados, a sugestões das mais variadas, persiste e com grande e notável aceitação pelo público falante.

O que foi exposto até aqui, verifica-se no campo, como fonte de confirmação dos fenômenos envolvidos na dinâmica da língua, do ponto de vista dos próprios falantes, o desconhecimento do fenômeno do preconceito, já destacado anteriormente, é confirmado por vez ser o mesmo imperceptível. Somente sentido quando envolto por estudos.

Este fato pode, também, ser aliado à não percepção da incidência e identificação de tal fenômeno por parte dos falantes que não identificam ações caracterizadoras do mesmo.

Desprovidos de incidência de regras gramaticais ou sociais, a massa falante se dá e se considera bons falantes da língua portuguesa.

Responsável pela diminuição ou proliferação de preconceito linguístico, a Escola tem seu papel visto como grande responsável pelo processo de prática de ações que venha a desmistificar tal preconceito.

Esta, por não ser de acesso a todos, tem sua ação limitada àqueles que recebem, mas ainda se vê vestígios de desprendimento do ensino significativo, fato constatado com facilidade, influenciado pela verticalização do ensino nacional quanto a sua grade curricular e a não prática de ações curriculares locais, situação discutível, aberta e concebida pelo diploma legal maior da educação brasileira: a LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96).

Domínio da norma culta é fato preponderante, em se tratando de aceitação frente às variedades linguísticas. Tal fenômeno é evidenciado quando se tem por base a mentalidade dos falantes no que se refere à variação. Os indivíduos se veem “reprimidos” quanto ao seu modo de falar ou por não dominarem a norma tida como culta. Tratando-se, no entanto, de um processo que envolve apenas elitismo social, haja vista, que todos partilham da mesma base vocabular.

Com base na estrutura basilar da língua portuguesa, a classe social mais renegada, por sua vez, relativo a *status*, é a pobre; por fatores desde muito tempo sabidas, mas que remontam uma espécie de manto de preconceito sobre a mesma.

Fatos como: palavras, expressões que utilizadas por indivíduos de *status* considerado alto, nada sofrerá, se baixo, o contrário. Nada mais fútil, ofensivo e abusivo em se tratando de uma comunidade onde todos falam e tem seu vocabular similar umas às outras.

Sugestões surgem das mais variadas formas, na tentativa de eliminar ou mesmo reduzir tanto preconceito linguístico, desde: o papel mais eficaz e comprometido com o processo de reversão de tal fenômeno; palestras que abordem o assunto a uma maior conscientização por parte dos falantes em relação à temática, fato este impregnado na cultura da população incentivado pelos mais variados meios: manuais de gramáticas, gramáticas aplicadas, dicas de português, etc.

Com todo um esforço conjunto, desde profissionais, meios de divulgação das formas de diminuição de ocorrência de tal fato, sugestões de redução do mesmo, está sendo o suficiente para uma progressão maior em torno do objetivo (rompimento e diminuição do preconceito linguístico), mas verifica-se com tristeza a existência do contrário; parece ou aparenta ser um idioma rejeitado pela minoria que ainda não se desproveu de tamanho erro. Esse sim é um erro sem aspas.

REFERÊNCIAS

AITCHISON, Jean: **Language Change**: Progress or Decay? Cambridge, Cambridge University Press, 3rd ed. 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. 2ª ed. São Paulo, LCTE, 1994.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **–** Variação Lingüística e o ensino de língua materna. IN: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo (org.). **O Português falado no Maranhão**. São Luís: Ed. UFMA, 2005.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico:** o que é, como se faz. Edições Loyola. São Paulo, 1999.

_____. **A norma Oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. Parábola Editorial, São Paulo, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. Parábola Editorial, São Paulo, 2004.

_____. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolingüística & educação. Parábola Editorial, São Paulo, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CATARINO, Prof. Dilson. **Variação lingüística**. 2008. Disponível em: http://dilsoncatarino.blogspot.com/2008/02/variao-lingstica.html;
Acessado em: terça-feira, 29 de setembro de 2009.

CHIERCHIA, Genaro. **Semântica**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **Proposta pedagógica**. Artigo: Programa salto para o futuro: Português: um nome, muitas línguas. Ano XVIII boletim 08- maio/2008 a. Disponível em: *www.tv**brasil**.org.br/fotos/**salto**/series/164032Port_ling.pdf*

_____. **Língua portuguesa**: um breve olhar sobre sua história. Artigo: Programa salto para o futuro: Português: um nome, muitas línguas. Ano XVIII boletim 08- maio/2008b. Disponível em:
*www.tv**brasil**.org.br/fotos/**salto**/series/164032Port_ling.pdf*

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação científica**. 4ª Ed. - Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

GOULART, Audemaro Taranto; SILVA, Oscar Vieira da. **Estudo Orientado de Língua e Literatura**: Ensino de Segundo Grau - 3ª série. Editora do Brasil S/A: São Paulo, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/. – 6. ed. – 7. Reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

LUCCHESI, Dante. **A diversidade e a desigualdade lingüística no Brasil.** Artigo: Programa salto para o futuro: Português: um nome, muitas línguas. Ano XVIII boletim 08- maio/2008. - Disponível em:
www.tv**brasil**.org.br/fotos/**salto**/series*/164032port_ling.pdf.*

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NICOLA, José de**. Língua, literatura & redação**. - ed. rev. e ampl. São Paulo: Scipione, 1998.

NOGUEIRA, Marcos. **Língua portuguesa**: a língua solta. 2009. Disponível em: www.http://super.abril.com.br/ciencia/lingua-portuguesa-lingua-solta-446334.shtml; Acessado em: terça-feira, 29 de setembro de 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003. SOARES, Magda**. Linguagem e escola.** São Paulo: Ática, 1989.

SOBROZA, Lidiane Schlotefeldt. **Escola x língua padrão, ideologia e preconceito lingüístico.** Disponível em:
http://jararaca.ufsm.br/website/l&download/artigo/07_L& C_1S/L&C1s07_Lidiane.pdf. 2009. Acessado em: 04/06/2010

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento – 6. ed. Revisada (conforme NBR 14724:2002). Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Janete S. dos. Artigo: **Letramento, variação lingüística e ensino de língua portuguesa.** 2004. J.S. dos Santos - Revista Linguagem em (Dis) curso, volume 5, número 1, 2005- unisul.br. Disponível em:
http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/06.htm.
Acessado em: set/2010.

SAUSSURE, Ferdinand: **Curso Geral de Lingüística**, São Paulo: Cultrix. 2003.
_____: **Curso Geral de Lingüística**, São Paulo: Cultrix. 1963.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 1997.

ZILLES, Ana Maria Stahl. **Variação no português falado e escrito no Brasil**: Premissas, processos e avaliação social. Artigo: salto para o futuro. Português: um nome, muitas línguas. - Ano XVIII boletim 08, maio de 2008. Disponível em: www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/*164032port_ling.pdf.*

APÊNDICE

APÊNDICE 1: Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do C.E.M (Centro de Ensino Médio) Raimundo Araújo.

Nome:
Endereço:
Idade:
Turno:

1. Você já ouviu falar em preconceito linguístico?

2. Você já sofreu discriminação devido ao seu modo de falar?

3. Você se considera um bom falante da língua portuguesa?

4. Em sua opinião, a escola combate ou reproduz o preconceito linguístico?

5. O que você acha da seguinte afirmação: “Preconceito Linguístico é a não aceitação à diversidade da língua”?

6. Você concorda que as pessoas de baixa renda e menos instruídas sofrem mais discriminação (devido ao seu modo de falar) do que os demais?

7. Você acha que o preconceito gerado acerca de alguns vocábulos considerados pejorativos é mais acentuado em pessoas de baixa renda e menos escolarizadas?

8. Em sua opinião: o que pode ser feito para que se erradique ou pelo menos diminua o preconceito linguístico?